

NOTA À IMPRENSA

Últimos 5 anos sem vítimas civis diretas nos incêndios

Em 2022 e pelo quinto ano consecutivo, não foi registada nenhuma vítima civil, apesar de terem existido duas vítimas de operacionais e duas pessoas que perderam a vida em queimas/queimadas que elas próprias iniciaram. Este foi um dos dados em destaque na apresentação do Relatório do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) 2022, que se realizou esta manhã.

Para além destes números, Tiago Oliveira, presidente da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF), sublinhou a diminuição do uso de fogo nos meses de verão em 50%, tendo o incendiário também diminuído fruto da vigilância, da proteção e da prevenção.

Portugal gastou, no ano, passado 529 milhões de euros a prevenir e a combater os incêndios rurais. Do total, 324 milhões foram alocados à prevenção e 205 milhões ao combate, fazendo de 2022 o primeiro ano em que foi investido um montante superior em prevenção face ao investido no combate. Relativamente a 2017, atualmente investe-se 10 vezes mais na prevenção dos fogos rurais.

No documento pode ler-se também que existiu uma redução do número de incêndios com mais de 500 hectares nos últimos 5 anos, tendo a média histórica da área ardida sido reduzida para 1/3. Do total de incêndios foi possível determinar a causa em 61% dos casos: mais de metade das causas estiveram associadas ao uso indevido do fogo.

Relativamente ao Plano Nacional de Ação (PNA), Tiago Oliveira realçou que até ao final de 2022, 86% dos projetos inscritos estavam em curso (84 em 97). O grau de execução dos projetos encontra-se nos 38% e foram atingidas 35% das metas definidas para 2022.

“O caminho está a ser feito, mas precisa de ser acelerado. O objetivo é que o país não arda como em 2017, nem que se repita a perda de vidas”, afirmou, acrescentado que as populações precisam de melhorar ainda mais os seus comportamentos, reduzindo a vegetação em torno das suas habitações.

Tiago Oliveira diz ainda que apesar das melhorias significativas, é necessário “manter o sentido de urgência e manter a aposta na prevenção”, evitando a tentação de cair na armadilha do combate.

É preciso também reforçar a utilização de “fogo bom” através do Plano Nacional de Fogo Controlado, do Mecanismo de Apoio às Queimadas (MARQ), de processos mais simplificados para pedidos de apoio à realização de queimadas, entre outras medidas, assim como promover melhorias com impacto na governança do recurso florestal e na definição de estímulos económicos e fiscais que mobilizem proprietários e empresas para a gestão sustentável.

Outros objetivos apontados, passam por aumentar a escala da execução dos programas e envolver e mobilizar os privados, os proprietários e o próprio Estado; qualificar os lugares-chave na tomada de decisão, quer na prevenção quer no comando operacional da supressão; apostar na redução do incêndiarismo e sensibilizar os mais novos.

O presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, General Duarte da Costa, afirma que os meios estão preparados para o que está previsto para este ano. Contudo, alerta que este poderá ser um verão “muito perigoso”, apelando para que todos cumpram as regras. “A diminuição do uso negligente do fogo é uma grande ajuda para este Sistema”.

Nuno Banza, presidente do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, sublinha que há muito trabalho de prevenção feito atualmente em Portugal.

“Investimos 15 milhões de euros em maquinaria, para abrir e regularizar caminhos e para limpeza do mato”, refere, acrescentando que “o esforço que o país faz hoje em termos de preparação, de gestão do território, não é comparável ao que era feito antes de existir o SGIFR”.

O Relatório de Atividades do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais – 2022, pode ser consultado [aqui](#).

Sobre a AGIF:

Instituto público, criado em 2018, tem por missão acelerar a transição para a gestão integrada de fogos rurais, envolvendo as instituições e a sociedade, com base num modelo de governança territorial, em torno do desígnio nacional: *Proteger Portugal dos incêndios rurais graves*, e sendo a entidade responsável pelo planeamento, coordenação estratégica e avaliação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR). São entidades basilares deste Sistema a Autoridade Nacional de Proteção Civil, e o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., suportadas pela GNR, EMGFA, PJ, PSP, IPMA, IP, DGV, DGADR, LBP, ANMP e ANFRE.

Para mais informações por favor contactar:
Sara Mieiro sara.mieiro@agif.pt +351 969 780 481